

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LÍVIA CARVALHO PATRIZI JORGE

GEOGRAFIA E MATERNIDADE:
Um olhar sobre o itinerário de estudantes mães da Universidade de
São Paulo

SÃO PAULO
2023

LÍVIA CARVALHO PATRIZI JORGE

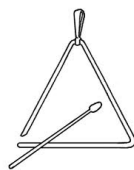
Trabalho de Graduação Individual do curso de
Geografia orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo
R.H.F. Valverde.

SÃO PAULO

2023

“Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido!”

Rubem Alves



Agradecimento

Não cheguei aqui sozinha e definitivamente, não escrevi este trabalho sozinha. Dedico a todas as pessoas que participaram dessa trajetória, que compartilharam suas histórias, seu tempo, que me escutaram, que me acolheram, nutriram e incentivaram.

Minha irmã amada, Clara Jorge, que esteve incansavelmente ao meu lado, lendo, relendo, se emocionando e descobrindo, junto comigo, tantos caminhos e possibilidades. Meus pais, que me ensinaram e ensinam tanto, que me apoiaram em cada etapa da graduação, sempre muito gentis, preocupados e interessados pela história que, aos poucos, construí. Minhas avós e tias avós, que já partiram mas que ficaram em mim.

Meus amigos e amigas, companheiros de inúmeros cafezinhos, cigarros e conversas de corredor. Amigos e amigas que comigo construíram um cotidiano, frequentaram aulas, o bandeirão, a piscina (obrigada, CEPE-USP) e não há nada mais maravilhoso do que a construção diária dos afetos e convivências.

Marina, Ariel, Lara, Teresa, Larissa, Vic, Pepo, Vitor, Leonardo, Miranda, Jéssica, Renato, Eddy, Alana Ortiz, Gaia, Guilherme, Allan, Juliana, Arizla, Mandioca, Gabi, Manguinha, Jimmy, Thay, Maru, e tantos outros e outras amigas que fazem parte dessa história.

Agradeço imensamente as pesquisadoras Luana Fontel, Mithaly Corrêa, que tanto me inspiraram, ensinaram e abriram os olhos para a importância de trazer este tema para dentro da Geografia. Agradeço também ao curso “Escrevendo sobre maternidade: desafios teórico-metodológicos” da Pró-reitoria de extensão UFRJ e do projeto de extensão “Mães na universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães”.

Agradeço aos meus professores e professoras, que tiveram um papel fundamental ao longo desse percurso universitário, de muita troca e acolhimento, em especial a

Fernanda, Amélia, Sueli, Glória, Mônica, Manoel, Rita, César, Valéria, Giroto, Ricardo, Fernando.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Rodrigo Valverde, pela disponibilidade, escuta sensível, interesse, incentivos e puxões de orelha.

Agradeço também a cada uma das entrevistadas e pessoas que contribuíram com as muitas reflexões desta monografia.

Agradecimento	4
Introdução	7
Capítulo 1: Maternidade e suas (des)construções	13
1.1 Situando o que entendemos por “mãe”	13
1.2 A maternidade enquanto dispositivo de controle dos corpos	18
Capítulo 2: Geografias do cotidiano universitário	22
2.1 Códigos universitários (Quem pode decodificá-los?)	22
2.2 Políticas de permanência	23
2.3 Espaços de representação simbólica e burocracias universitárias	27
2.4 O espaço universitário e seus sentidos	29
2.5 “Quem pariu Mateus que o balance” e a não responsabilização masculina	35
Capítulo 3: Experiências e percepções do espaço/tempo	37
3.1 Itinerário	37
3.2 Discurso do fim do mundo	41
3.3 Redes de apoio e pertencimento	44
Considerações finais	50
Referências Bibliográficas	52
Anexos	56

Introdução

Nas últimas décadas do século XX, a chamada geografia feminista foi incorporada na ciência geográfica, e, dentro deste campo, foram produzidos trabalhos de diferentes linhas do pensamento geográfico (positivistas, marxistas, fenomenológicos, etc). É sempre importante destacar que a expressão “geografia feminista” foi transformada em plural, “geografias feministas” para melhor apresentar a pluralidade científica e ideológica presente neste campo de produção do saber. (Joseli Maria Silva, 2010).

Os objetivos das geografias feministas se voltam para abarcar temas relativos à saúde, corpo, trabalho, identidade, representação, direitos, entre outros possíveis. Para avançar nestes estudos, se fez necessário acabar com pressupostos da Geografia que se perpetuaram ao longo da maior parte do século.

Um destes pressupostos seria o de uma Geografia cuja explicação se apresentaria pela perfeita correspondência entre um sujeito único, idealizado, e uma estrutura socioeconômica geral. Este tipo de abordagem reduz a necessidade de entendimento do sujeito, na medida em que aspectos de sua existência são descartados como irrelevantes diante do desenvolvimento da pesquisa. (JOSELI MARIA SILVA, 2010).

As geografias feministas foram importantes alicerces na ampliação do entendimento sobre sujeitos da pesquisa, destacando novas perspectivas desses sujeitos, como a sensibilidade e necessidade. O sujeito se torna então, múltiplo em suas necessidades, e isso é capaz de tensionar as estruturas já existentes.

O feminismo nos convida a entender padrões de segmentação da realidade a partir do gênero. Tais segmentações demonstram, em alguns casos de, problemas de acesso, e, em outros, exprimem desigualdades. Há ainda certos casos em que se apresentam como experiências outras, diferentes em si mesmas. Trazer o feminismo como questão geográfica tem sido então um desafio para todos nós, ao desdobrar diversas tradições geográficas em caminhos até então pouco reconhecidos ou valorizados. O desafio seria o de olhar novamente para os espaços

e procurar, em suas configurações, os desafios de mulheres no mundo. De fato, mais do que a retórica, ser mulher só parece ser minimamente reconhecido e considerado (ainda que negativamente) como proposta de ação. Com isto, o modo como se articula com o espaço se mostra relevante.

Estamos interessados, nesta monografia, mais particularmente no modo pelo qual as geografias feministas podem ser mobilizadas para entender os deslocamentos das estudantes que são mães na Universidade de São Paulo e compreender o impacto da combinação do exercício da maternagem com a vida universitária na rotina de estudantes que têm filhos.

Buscamos analisar como (e se) ser/tornar-se mãe altera o itinerário de estudantes de graduação da Universidade de São Paulo. Ademais, nos interessa a aproximação com os espaços de resistência e estratégias de permanência, criados por este grupo de estudantes.

Para trabalhar com a percepção espacial das sujeitas entrevistadas neste estudo, escolhemos utilizar o método trabalhado por Sylvie Miaux, o Itinerário. Este método, mais do que o deslocamento de um ponto a outro, busca se aproximar da ação em si, investigando qualitativamente o que surge ao longo do itinerário, olhando para a interação entre sujeita, objetos e meio. (Miaux, 2010).

Como coloca Miaux:

“Through the relationship of one to another (object, person, place) during the movement, we should be able to locate the elements that pedestrians may encounter that would decrease or accentuate the feeling of well-being in a place, with another person, in a situation, etc.”

1

Assim nos aproximamos da relação entre estudantes com filhos, da USP, e do espaço da universidade. Nos interessa entender como a maternidade alterou o itinerário das estudantes, sua percepção espacial e a relação com o meio.

¹ “Através da relação de um com o outro (objeto, pessoa, lugar) durante o movimento, devemos ser capazes de localizar os elementos que os pedestres podem encontrar que diminuam ou acentuem a sensação de bem-estar em um lugar, com outra pessoa, em uma situação, etc.”

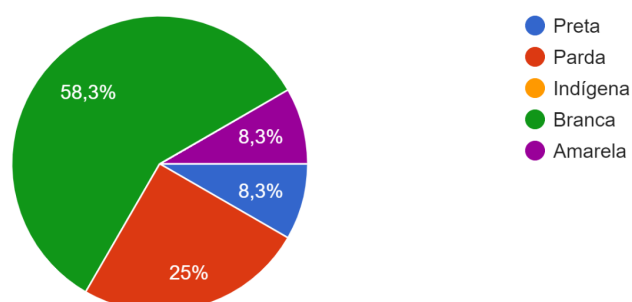
Foram realizadas 8 entrevistas semi estruturadas e 12 questionários com estudantes de graduação que são mães. O processo de entrevistas foi feito de agosto de 2022 a novembro do mesmo ano, e o questionário foi elaborado em outubro, ficando disponível para coleta de respostas até dezembro de 2022. Muitas das estudantes foram contactadas através de um grupo de E-mail/WhatsApp chamado “GT - Mães e Pais da USP”. Descobrimos este grupo por meio de um cartaz colado no mural de avisos do prédio da Faculdade de Letras na FFLCH. O grupo é composto por estudantes de graduação e pós-graduação, pedimos que apenas as estudantes graduandas respondessem ao questionário.

Ao começar a elaboração desta monografia nos deparamos com a inexistência de qualquer tipo de canal oficial que evidenciasse/manifestasse/revelasse/jogasse luz sobre quem são as alunas e alunos com filhos/dependentes, mães solo, gestantes e/ou lactantes. Mesmo nos questionários socioeconômicos feitos pelas faculdades, nenhum tinha perguntas acerca deste tema. Esse silêncio e falta de informação faz com que as estudantes mães graduandas sejam excluídas de possíveis estatísticas, projetos de implementação de políticas públicas e coloca barreiras importantes para pesquisas que buscam se aproximar do tema.

Portanto, parte do questionário teve como foco investigar o perfil das alunas mães na graduação. Pudemos então computar esses perfis e quais questões comparecem a partir disso. Os eixos principais investigados foram: raça, renda, ser ou não a única responsável pelos filhos, a utilização de benefícios ou bolsas de permanência, bolsas de pesquisa, número de filhos e idade.

Como você se autodeclara (raça/cor)?

12 respostas

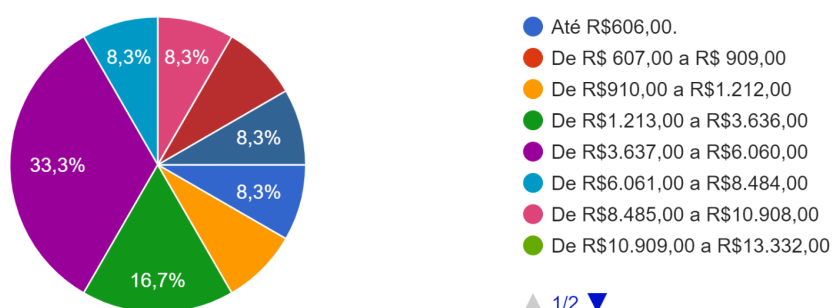


Para o levantamento de raça, o único critério foi a legitimidade da autodeclaração racial. De 12 mulheres que responderam ao questionário, 7 se autodeclararam como brancas, 3 se autodeclararam como pardas, 1 se autodeclarou como amarela e 1 se autodeclarou como preta.

Quanto a renda, o gráfico abaixo mostra grandes diferenças entre o grupo que respondeu ao questionário:

Qual é a faixa de renda da sua família?

12 respostas



A divisão de renda mostra uma desigualdade significativa entre as estudantes participantes. Quase 60% das entrevistadas contribuem de forma parcial com a renda familiar, 25% contribuem de maneira integral e 16,7% não contribuem com a renda familiar.

Também perguntamos sobre a utilização de auxílios na composição da renda familiar. Das 12 mulheres, apenas 2 faziam uso de benefícios, Auxílio Brasil e Pensão da Previdência Social. Quando questionadas acerca dos auxílios universitários, foram 5 respostas afirmativas para a utilização do auxílio moradia, 3 para auxílio alimentação, 4 para o Programa Unificado de Bolsas (PUB). É importante lembrar que os auxílios universitários podem ser acumulados.

Outro eixo que buscamos investigar foi a participação como bolsistas em programas de pesquisa: 9 participantes não participavam de bolsas de pesquisa e 3 responderam receber bolsa (FAPESP, CNPQ ou bolsa da FFLCH para iniciação científica).

Outro ponto levantado foi o número de filhos e suas idades: 75% respondeu ter 1 filho e 25%, 2 filhos. A idade das crianças variava de 0-3 anos (50% das respostas), 3-6 anos (42% das respostas), 3-9 anos (16,7% das respostas), e maior que 15 anos (8,3% de respostas).

Todas as entrevistadas consentiram com a gravação do áudio das entrevistas, feito exclusivamente para a transcrição. Além disso, para garantir o anonimato dessas sujeitas, pedimos que elas escolhessem outros nomes e substituímos todos os nomes, e possíveis informações que pudessem identificá-las.

Além das entrevistas e questionários, elaboramos um diário de campo desde o princípio da pesquisa, e este teve enorme relevância na elaboração de todo o estudo. O diário pode ser considerado um ator importante em todo o processo, não sendo um mero instrumento passivo. Essa ferramenta possibilitou uma aproximação e percepção entre vivências cotidianas, a elaboração das leituras e entrevistas.

No capítulo 1 abordaremos o que entendemos por Mãe, o que este conceito carrega, sua construção e implicações, bem como melhor compreendermos a estruturação da maternidade enquanto um dispositivo de controle dos corpos.

No capítulo 2 trabalharemos com o espaço da universidade, seus sentidos e regulamentos. Este é o capítulo em que falaremos da norma, suas representações e lógicas.

O terceiro e último capítulo se debruça sobre os eixos que mais apareceram nas entrevistas e questionários: Mobilidade urbana, barreiras discursivas ou “discursos do fim do mundo”, redes de apoio, sobrecarga e pertencimento.

Ao longo do percurso das entrevistas, diário e levantamentos bibliográficos pudemos nos aproximar do tema da monografia e entender sua relação com o mundo. Sabemos que diferentes grupos sociais vivem os espaços, os deslocamentos e a cidade de formas diferentes, percebem esses espaços de formas diferentes. Este trabalho parte da prerrogativa da não neutralidade dos espaços, especificamente, na Cidade Universitária Armando Sales Oliveira (CUASO

- USP). A estruturação das cidades ocupa um lugar central na estruturação das relações de gênero e também na reprodução dessas desigualdades.

Cap 1: Maternidade e suas (des)construções

Antes de entrarmos diretamente no debate dos itinerários e da vida universitária, é preciso apresentar o que entendemos por mãe e sobre como esta ideia se mostrou variável e uma importante ferramenta para o controle social. De fato, enquanto matéria de uma investigação das ciências sociais, o gênero feminino não pode ser simplificado ou racionalizado por uma explicação biológica (a própria binarização biológica já é uma ferramenta discursiva), na medida em que se mostra com entendimentos diversos em diferentes sociedades. Geografias que tenham realmente interesse em prestar tributo aos discursos feministas devem se acostumar a identificar os sujeitos, ou seja, a qualificar inicialmente as suas condições de entendimento.

Para tanto, dividimos este capítulo em duas partes: na primeira, desconstruímos o entendimento de “mãe” para que, mais a frente nessa monografia, sejamos mais sensíveis aos registros dos deslocamentos que foram trazidos pelas entrevistadas; na segunda parte, salientamos o fato de que ser mãe não parte apenas uma decisão individual, na medida em que diversos dispositivos de controle social são impostos com particular ênfase sobre os corpos das mulheres.

1.1 Situando o que entendemos por “mãe”

Aquilo que conhecemos hoje por “mãe”, com todos os seus atributos e competências, é uma invenção moderna. A ideia de que a genitora seja naturalmente responsável por todos os aspectos da vida de uma criança (e.g. alimentação, lazer, educação, deslocamentos), muitas vezes em redução da própria individualidade, é uma construção social que não é válida em todos os momentos da história e nem em todas as partes do mundo. Nas obras de Badinter (1985), Moura e Araújo (2004), é feita uma reconstrução histórica da maternidade na Europa até meados do século XVIII, mostrando sua construção e transformações, colocando em cheque, portanto, a ideia de natureza ou instinto materno.

Durante a idade média e antiguidade, na Europa, a relação mãe-filho era extremamente desvalorizada e radicalmente diversa daquela estabelecida hoje

como “normal”. Não se tinha necessidade moral do cuidado da genitora para com seus filhos, que não raramente mandava-os para amas de leite (também chamadas de amas mercenárias) em cidades afastadas para que lá fossem realizadas as funções de cuidado e aleitamento.

A família como um todo neste contexto histórico/geográfico tinha outra configuração e valores. A autoridade máxima se concentrava na figura do marido e pai, com poderes comparados aos poderes divinos. A figura da mulher/mãe se assemelhava mais à dos filhos, desprovida de direitos e entendida como propriedade do marido/pai. (BADINTER, 1985). A “infância” é algo que também foi construído e valorizado juntamente com a figura materna, de forma que sua concepção moderna não se aplica se pensarmos na estruturação da família antes do século XVII, na Europa (PINTO, 1997).

Os deslocamentos da autoridade absoluta paterna para a construção e estabelecimento do “amor materno” são mudanças que vão lentamente se estabelecendo e transformando a estrutura familiar e as funções femininas, seus papéis, moral e imagem sociais. Mudança essencial, já que a ascensão da burguesia tinha como imperativo a centralização da mulher mãe nas políticas de Estado.

É no século XVIII que a produção de publicações enaltecendo o “amor materno” e essa nova estrutura familiar, ganham notoriedade. Três principais discursos crescem exponencialmente, construindo essa nova realidade e transformando a sociedade desde então: O discurso Biomédico (VIEIRA, 2002), o discurso filosófico e o discurso econômico demográfico (BADINTER, 1985), ainda presentes hoje .

Portanto, Badinter (1985), em sua obra “Um amor conquistado: o mito do amor materno” discorre sobre as condutas de amor e dedicação aos filhos não como universais e guiadas por fatores biológicos comuns, mas enquanto construções sociais que se tornam múltiplas e complexas no interior de cada cultura.

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema vulnerabilidade

de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como então, não se chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento, e como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985)

A maternidade como conhecemos é um conceito construído num determinado espaço, contexto político-social, com uma função específica. O que compõe esse conceito? Quais são as trajetórias de sua construção e exportação? Responder essas perguntas é apontar para sua desnaturalização e sua problematização.

A maternidade foi desenhada designando novas funções ao núcleo familiar da idade moderna. Aloca-se na mãe a responsabilidade pela educação, saúde e manutenção da vida familiar, um trabalho valioso para a ascensão da burguesia, por assumir um papel central na ideologia de controle dos corpos e produção de mão de obra mais educada e docilizada (FOUCAULT, 1987).

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível (FOUCAULT, 1987: p.117-118).

Nas colônias, a importação da ideologia burguesa chega com outro peso, atualizando a construção desigual de sentidos dos corpos, trabalhos e papéis, baseados no o sistema escravista. De fato, as necessidades observadas nos projetos econômicos coloniais eram particulares e pressionavam as relações sociais. A natalidade, por exemplo, era estratégica para potencializar a conquista em um novo domínio territorial. A disciplinarização de corpos escravizados era vista como decisiva para viabilizar a exclusividade e a lucratividade. A colonização é um fator de fundação de critérios e modelos de vida, economia e lógica que acompanham a construção da história e geografia dos estados que passaram por esse processo. Métodos de produção ainda baseados no plantation, o racismo, o

genocídio em massa de povos nativos, periféricos e tantas outras formas (políticas) permaneceram como legado mesmo com o passar do tempo, e se atualizam ainda hoje.

As tarefas relacionadas ao cuidado e subsistência já aparecem enquanto trabalho feminino mas com diferenças *grandes* entre as mulheres que o exerciam, não sendo colocados enquanto trabalhos para mulheres brancas.

Enquanto na Europa e em poucas famílias brancas abastadas brasileiras se inicia a criação do vínculo materno e a valorização infantil, “o cuidado” doméstico pesado era colocado para mulheres e *crianças* escravizadas como parte de sua rotina. Trabalhos como limpar, lavar, passar, cuidar das crianças brancas, amamentar e até mesmo “procriar”, como menciona Angela Davis em “Mulher, Raça e Classe” (2016), eram “tarefas” comuns.

A tarefa da procriação surgiu no momento em que o tráfico de pessoas escravizadas estava chegando ao fim e os proprietários de terras, não admitindo a mudança, encontraram uma oportunidade para recrudescer o tratamento e precarizar ainda mais a condição das mulheres negras e indígenas com a criação da função de “reprodutoras”. Função fundamentada no estupro e na venda das crianças ainda muito pequenas. Se negava a este grupo de mulheres e seus filhos o reconhecimento enquanto humanos e, conseqüentemente, o reconhecimento enquanto “mães” e enquanto “filhos”.

O gênero também era categoria considerada exclusivamente branca, aos olhos do colonizador, que animalizava e invadia os corpos que não seus iguais. “Grande empenho foi enviado para enquadrar as mulheres - seu corpo, sua subjetividade, sua identidade - aos projetos sexistas e racistas do colonizador português e da igreja normatizadora” (THURLER, 2009).

Os esforços de enquadramento das diferentes mulheres da sociedade brasileira dentro de uma lógica que favorecesse o Estado no cuidado e gastos com a infância, foi assumindo novas formas e estratégias demográficas, de segurança pública, sanitária, o que também criou hierarquias sociais que nunca foram retratadas.

Pensando nos ecos da colonização e focando a relação com os corpos femininos negros e a maternidade, nos anos 1980 as feministas negras centraram suas atenções e atuação nas práticas e discursos médicos, principalmente nos direitos reprodutivos. Isso se deu a partir de denúncias de políticas de Estado violentas de controle de natalidade que tinham como foco a esterilização da população negra (DAMASCO et al. 2009).

Quem são as mulheres autorizadas à maternidade e qual a maternidade disponível e imposta à cada mulher? São as mulheres capazes de legislar sobre seus próprios corpos, vidas e desejos? Concordamos com a provocação de Fontel quando esta afirma que "Perceber dentro de quais barrigas a romantização da maternidade foi gestada é imprescindível para rastrear como ela se estabeleceu no lugar comum dos discursos cotidianos" (FONTEL, 2019).

Portanto, a maternidade se construiu enquanto um conjunto de práticas e saberes que recolocam o sentido das mulheres no mundo, criando a norma e seus desvios, estabelecendo para estes últimos, punições e interdições essenciais para a manutenção do sistema. Tal construção se erigiu com grande empenho da Ciência em torná-la "natural", uma verdade em si mesma, um instinto, visando apagar os vestígios de seu caráter ficcional.

Mesmo na contemporaneidade, com um discurso que cada vez mais crê na superação do determinismo biológico e do controle da natureza "pelo homem", a maternidade parece ser um tema ao qual não é permitida tal superação. Ainda se aceita que ela seja encarada como um fenômeno "natural", "instintivo" - algo que podemos observar tanto no reducionismo biomédico/biopolítico quanto em movimentos que essencializam a mulheridade, defendendo uma conexão inata mulher-natureza.

A essencialização da mulher, sobretudo, retira dela seu poder de agência sobre seu corpo, saúde, gravidez e maternidade, e aprisiona suas possibilidades ao que é "natural", e ao que é de controle da Lei (sendo a Lei representada por aqueles em lugares de poder - o Estado, homens, maridos, pais, o saber médico). Para que o

grau de controle seja consolidado, diversas instituições e discursos são mobilizados na produção da “verdade” (FOUCAULT, 1987). É nos espaços compartilhados, vividos socialmente, que a reafirmação contínua da maternidade se realiza e se difunde.

1.2 A maternidade enquanto dispositivo de controle dos corpos

A partir então, do entendimento da Maternidade enquanto ficcionalidade, observamos duas forças coengendradas que reconstroem, no século XVIII, o lugar da procriação e do cuidado como moduladores de comportamentos. São elas, o capitalismo e a ciência (MATIAS; BARONE; RODRIGUEZ, 2021). De fato, a ampliação, formalização e crescimento em influência do sistema econômico capitalista previa maior racionalidade e regularidade nos ritmos da sociedade, de modo a potencializar as estimativas de lucro. O discurso científico cumpria um papel que se expandia progressivamente e era aproveitado pelo sistema econômico capitalista. A ciência trazia inovações, relativizava o peso da religião e do sistema nobre, além de acelerar os deslocamentos e a escala produtiva. Neste processo concomitante entre capitalismo e ciência, tanto o Estado quanto os indivíduos mudaram, com implicações diretas sobre os corpos femininos.

Em meio ao debate das grandes reformas produtivas, chamavam atenção propostas para novas divisões funcionais de tarefas, que tinham consequências diretas para o espaço. Por exemplo, ao final do século XVIII, surgem inúmeras publicações científicas convocando mulheres para a obrigação de ser mãe e produzindo o mito do amor instintivo, natural, de toda mãe por seu filho. Esse amor ficcionadamente inato e incondicional se configura como uma estratégia para sujeição dos corpos e controle da população, tecnologias as quais Foucault (2006c) organiza sob o nome de biopolítica (MATIAS; BARONE; RODRIGUEZ, 2021).

Entendemos aqui a maternidade enquanto um dispositivo de regulação. Um dispositivo é composto a partir de um conjunto de elementos; saberes, práticas, discursos, normas, espaços, instituições, aquilo que é dito e não dito, e tem como

objetivo o controle dos corpos e subjetividades para que se tornem úteis a uma determinada organização social. (FOUCAULT, 2006).

Trataremos então da discussão conceitual de um dispositivo específico, o da maternidade, na medida em que opera e é atravessado por um espaço específico: a universidade. A forma “correta” do cuidado, seus contornos legais, jurídicos e portanto, normativos é aquilo que o dispositivo materno estrategicamente objetiva (MATIAS; BARONE; RODRIGUEZ, 2021), produzindo um modelo materno regulador e também seus desvios.

Parte central da função do dispositivo é a classificação e interdição dos corpos e subjetividades que não se enquadram, colocando-os à margem, interditando-os ou mesmo buscando sua aniquilação. Pessoas que exercem a maternidade fora dos espaços domésticos, que reivindicam o direito pleno à cidade, à seus corpos, mães em situação de rua, mães adolescentes, mães solo, mães estudantes, mães pretas, indígenas, lésbicas, bissexuais, transgêneras, travestis, e tantas outras.

Entender a maternidade como um dispositivo é afirmar que

A maternidade opera como um conjunto de elementos que constroem os corpos a se manterem nos limites ficcionados das identidades e dizer que não são somente os corpos categorizados como “mulher” que são interpelados por esse dispositivo biopolítico, mas que os múltiplos corpos são atravessados (MATIAS, BARONE, RODRIGUEZ, 2021)

É também dizer que este se atualiza permanentemente por um processo de “perpétuo preenchimento estratégico”. Uma atualização constante produzida pelo contato com cada contexto, individualidade, identidade, espaço e discurso.

Porém, não podemos olhar para esta tecnologia enquanto um fato determinante de encerramento de vidas e possibilidades. Entendemos que a vida se impõe e se choca com as tecnologias de controle, a resistência daquelas que questionam e profanam a norma, ainda que interpeladas por ela, “deixam tremendo o dispositivo

da maternidade para dar passagens a formas outras de experimentar os exercícios de cuidado.” (MATIAS, BARONE, RODRIGUEZ, 2021).

Se há algo de específico em ser mãe em um país periférico, desigual, violento, de tradições conservadoras, mas lançado nas tecnologias, na vida urbana e no sistema econômico do século XXI, seria a contradição dos sinais e formas de condicionamento social impostos sobre as mulheres. A “maternidade compulsória” (BUTLER, 2013) e as tarefas domésticas tratadas como inatas do feminino, herdadas do passado, coexistem com novas demandas pela participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, com a hiper objetificação do corpo feminino e com os movimentos contestatórios feministas. Neste contexto, os limites das mães nos espaços do cotidiano, da vida social, podem ser menos claros do que no passado, tornando a experiência do mundo mais complexa de ser registrada.

Entendemos que é no cotidiano, na manutenção da vida, no caráter repetitivo do exercício de cuidado, que se inventam as fissuras nos padrões e que podem fazer ruir as normas em microrrevoluções. Reforçamos que os esforços neste sentido estão sendo promovidos pelas mulheres, organizadas em movimentos sociais ou não, desde pelo menos o final do século XIX. Valorizar as experiências das mães neste contexto periférico e do século XXI nos leva a olhar novamente para os seus padrões de circulação dentro da cidade e, mais particularmente, dentro da Universidade e nos seus arredores.

Neste estudo, nos interessa compreender essas estratégias de resistências cotidianas, que contrariam a norma e inventam possibilidades de existir no ambiente universitário, enfrentando o dispositivo e a reação violenta de contrariá-lo. Apesar da universidade ser proposta e pensada abstratamente como um espaço de liberdade e de igualdade, seu cotidiano pode ser mostrar excludente a uma parte dos seus estudantes.

Estamos nos referindo às estudantes mães, que acumulam as funções da vida doméstica, da formação universitária e, por vezes, do mundo do trabalho. Mais frequentemente do que uma violência física, direta sobre os corpos femininos, o que pode ser visto hoje é uma invisibilidade ou insensibilidade às condições destas

alunas mães. Neste processo, é pelo registro das experiências cotidianas e pelas configurações espaciais que podemos tirar conclusões sobre os próximos passos em direção a uma universidade mais integradora.

Cap 2: Geografias do cotidiano universitário

2.1 Códigos universitários (Quem pode decodificá-los?)

Alain Coulon (2017), importante sociólogo francês, autor do trabalho “A condição de estudante: A entrada na vida universitária”(2008) que teve considerável recepção no Brasil, destaca que o “sucesso universitário” é algo que estaria diretamente ligado à aprendizagem de um “ofício de estudante”. De acordo com Coulon, a aprendizagem de tal ofício passa pela necessidade do estudante em aprender e decodificar símbolos (de ordem abstrata e concreta) próprios da universidade, além de criar identidade e vínculos com o espaço universitário e pessoas desse novo mundo. Tudo isso seria necessário, de acordo com Coulon, para fazer com que o estudante entrasse no universo das ideias, e se “afiliasse” ao mundo em que ingressou.

Chamo a atenção aqui para a linearidade temporal proposta por Coulon, e a necessidade deste processo ser contínuo e ininterrupto, sendo essa continuidade um dos elementos a garantir a afiliação. Essa abordagem frente ao tempo é algo que entendemos não favorecer trajetórias maternas universitárias, ou outras trajetórias dissidentes, de corpos não convencionalmente tidos como estudantes.

A pesquisadora Camarano (2006) escreve sobre os tempos de transição para a vida adulta e coloca que “[esses tempos] são hoje marcados por descontinuidades e rupturas, reversibilidade e simultaneidade de eventos de transição, não cabendo mais pensá-los através da lógica linear de sucessão passo a passo”. A transição para a vida universitária pode ser um evento na entrada para a vida adulta, precisando também ser entendida fora de lógicas lineares de sucessão passo a passo.

Descontinuidades, mudanças de caminho e escolhas não só são possíveis, como prováveis, ao longo do percurso universitário. Poder considerar rupturas nessas trajetórias, sem que isso signifique interdições, é ampliar o acesso e permanência para grupos subalternizados dentro da academia. Se a universidade é um espaço plural, capaz de refletir a diversidade de experiências de vida, é preciso que seus

equipamentos e unidades se mostrem adequados a mais do que um sujeito idealizado.

Porém, todo esse processo linear de afiliação diagnosticado como aquilo que “determinará o sucesso” dos estudantes universitários nos remete a uma universidade produzida por e para sujeitos que historicamente ocupam este lugar, estudantes com a possibilidade de dedicação exclusiva, que possuem uma certa herança de saberes, que não precisam trabalhar, se sustentar ou cuidar de suas famílias. A prerrogativa é similar às diferenças entre a esfera pública e a esfera privada que foram descritas por Hannah Arendt sobre a Atenas da Antiguidade, na qual apenas os senhores de terra teriam acesso a *ágora*, espaço da alta política e das decisões coletivas.

A não incorporação dessas realidades dissidentes nos trabalhos de Coulon e a responsabilização individual pelo próprio fracasso nos leva a acreditar que ele ignora, assim, trajetórias que seguem percursos desviantes do esperado, visto que muitas vezes a presença na universidade desses sujeitos e sujeitas já é, em si, desviante. Entendemos que esta crítica direcionada ao pensamento de Coulon se mostra válida aos próprios discursos, materiais e instituições variadas das universidades brasileiras, na medida em que suas políticas de permanência se mostram insuficientes e pouco sensíveis às demandas das estudantes mães. Para ilustrar essa situação, usaremos os exemplos observados na Universidade de São Paulo.

2.2 Políticas de permanência

Parte importante da possibilidade de entrada e permanência desses sujeitos e sujeitas de grupos minorizados na universidade se deve à implementação de políticas de permanência, como a moradia estudantil, o Restaurante Universitário, cotas raciais, e bolsas de auxílio, por exemplo. Essas políticas foram/são ferramentas essenciais no processo de democratização do ensino superior, bastante recente no Brasil. Em seu sentido mais espacial, as políticas de permanência poderiam ser expressas por edifícios (residência universitária, creches escolas, pediatrias), equipamentos (fraldários, salas de amamentação), serviços que

garantam condições para que as alunas mães permaneçam por mais tempo e com mais segurança na Universidade. Ao contrário de outras experiências, a maternidade, em si, problematiza os deslocamentos como um todo, não apenas promovendo aumento no custo de vida.

No entanto, o que observamos na Universidade de São Paulo e na maior parte das universidades públicas e privadas brasileiras é que são inexistentes ou muito raras as políticas de permanência pensadas para estudantes mães, ou que sejam adaptadas para incluí-las. Tal situação não se limita ao comprometimento orçamentário na medida em que uma série de outras políticas (internacionalização, reformas de prédios, integração com o mercado de trabalho etc.) são colocadas à frente da permanência estudantil.

Essa invisibilização da realidade de estudantes com filhos desafia a conciliação da vida universitária com a maternidade, uma vez que a maternidade não é reconhecida como uma experiência possível dentro do espaço universitário. De fato, a maternidade não é reconhecida enquanto um marcador da diferença entre essas estudantes e os/as estudantes sem filhos. É algo pouco ou nada contemplado em políticas de permanência, regimentos, normas e pautas do movimento estudantil.

Ou seja, além dos processos desafiadores da construção do ofício de universitário, existe a necessidade de apartar esse processo do processo de ser/tornar-se mãe, numa reiteração da ideia de “separar vida pessoal da profissional”, como se ser mãe fosse algo possível de ser deixado fora dos muros da universidade.

Um fato muito grave que denuncia a negligência com este grupo de estudantes é a ausência de censos institucionais que pautem a questão da maternidade/paternidade. Apesar de possuir um Anuário Estatístico que reúne dados sociodemográficos variados dos alunos e servidores (gênero, classe, raça, etc.), a universidade não computa quem são e onde estão as ingressantes e estudantes mães/ gestantes.

De acordo com o anuário estatístico da USP, a divisão entre homens e mulheres matriculados em cursos de graduação em 2021 foi a seguinte:

Distribuição de alunos de graduação da USP por gênero em 2021	
Masculino	Feminino
33.419	27.398
Processado em 05/2022 - Fonte: Sistema Júpiter	

Entendemos que a universidade tem empregado esforços para a diminuição das desigualdades experienciadas dentro dos *campi*, a partir de políticas afirmativas, criação do escritório USP Mulheres e a implementação das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos em diversas faculdades. Mesmo assim, esses esforços não compreendem a questão da maternidade para alunas de graduação. Como explicitado na tabela, são 27.398 estudantes mulheres matriculadas na USP em cursos de graduação, e nenhuma política de apoio caso parte delas venha a se tornar mães.

Na primeira página do portal da PRIP (Pró Reitoria de Inclusão e Pertencimento), existe uma seção com os eixos principais das ações afirmativas a serem trabalhadas: “Diversidades: Mulheres, Relações Étnico-raciais, Sexualidades e Identidades, Pessoas com Deficiência”. Quando entramos na seção “Mulheres” as propostas de políticas são voltadas ao atendimento para casos de violência de gênero e em nenhuma parte dos textos de apresentação ou portarias desta pasta, existe menção à estudantes com filhos.



Imagem retirada da página inicial do portal da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento.

Com o avanço das privatizações e precarização dos espaços universitários, as poucas estruturas e políticas que auxiliam estudantes com filhos, foram diretamente impactadas. Um exemplo disso, é o fechamento da Creche Oeste, que aconteceu em janeiro de 2017. A Creche Oeste, que era um espaço importante de pesquisa sobre educação infantil, reconhecida internacionalmente pela qualidade do ensino, teve um fechamento inconstitucional, tendo sido vetada a proposta de fechamento pelo Conselho Universitário. Mesmo assim, a reitoria fechou a creche, que em seguida foi ocupada por estudantes, e usuários da creche (mães, pais e filhos). A creche permanece ocupada ainda hoje, não tendo sido reativada pela universidade.

As creches universitárias são conquistas importantes dos movimentos de mulheres, sendo talvez a única estrutura voltada para a permanência de estudantes e funcionárias mães. Porém, são instituições de difícil acesso, já que o número de vagas está sempre extremadamente aquém da demanda.

Vagas para estudantes (Graduação e Pós Graduação) em 2023:	
Faixa etária da criança	Número de vagas
0-1 anos	01 vaga
2-3 anos	01 vaga
3-4 anos	05 vagas
4-5 anos	06 vagas
5-6 anos	04 vagas
Fonte: Edital para ingresso de crianças - ano de 2023 creches/pré-escolas – divisão de creches	

Além do baixo número de vagas, muitas estudantes relatam dificuldade em encontrar os editais e reivindicam maior número de vagas para estudante de graduação, já que as vagas para estudantes compreendem tanto a graduação quanto a pós-graduação.

Outro ponto importante a se considerar é a não existência de vagas para filhos de alunas de graduação na Escola de Aplicação da USP, questão mencionada Alya, estudante de 23 anos, mãe de um menino de 8 anos:

“Olha, eu creio que a questão da escola de aplicação é algo que precisa mudar. Na creche, tem vagas para filhos de estudantes, e na escola de aplicação não tem. Então eu vou ter que pôr meu filho numa escola pública, que eu sei que o ensino não é um ensino tão bom. E isso significa que ele vai estar mais longe de mim. E ali, ele estando dentro da escola de aplicação, dentro da USP. Além de ele ter um bom ensino, ele estaria mais perto. Facilitaria muito”.

Sem uma contabilização e mapeamento das estudantes com filhos na graduação, também torna-se difícil reivindicar um maior número de vagas na creche e Escola de Aplicação. Se não há informações referentes a quantas são as estudantes mães, suas condições socioeconômicas, as políticas se limitam à oferecer um número de vagas que não condiz com a realidade.

Para que esse debate avance no ambiente universitário, é necessário entender que tornar-se mãe é um processo de mutação, um marco irreversível de transformações internas e externas. Estamos nos referindo a transformações do corpo físico, como a recuperação do trabalho de parto ou cesariana, mudanças hormonais da gestação e pós parto, amamentação, privação do sono, e de transformações relacionais, como a transformação da relação consigo e com outros, transformações da rotina, do tempo, da autonomia, da mobilidade, da percepção dos espaços, da possibilidade de ir e vir, dos obstáculos físicos, burocráticos e discursivos do mundo.

2.3 Espaços de representação simbólica e burocracias universitárias

Não há, na Universidade de São Paulo, nenhuma política de assistência à estudantes de graduação com filhos para além das creches. Não há políticas que priorizem este grupo nem políticas desenhadas especificamente para atendê-lo.

Para a elaboração deste trabalho, revisamos o regimento geral da USP, as resoluções publicadas no site da universidade, o site da PRIP (pró-reitoria de inclusão e pertencimento), normativas para acesso às creches e Escola de Aplicação, portal dos restaurantes universitários, publicações e cartilhas do escritório USP-Mulheres (combate à violência de gênero). Encontramos menção a

estudantes de graduação com filhos, apenas na distribuição de vagas das creches universitárias.

Em nenhum outro documento, normativa, cartilha, estudantes de graduação com filhos foram citadas. As resoluções e normativas que abordam a temática da maternidade são focadas na pós-graduação, o que demonstra uma perspectiva linear, de sucessão passo a passo (escola, faculdade, casamento, filhos), da vidas de estudantes, algo que já colocamos aqui ser falho e excludente.

Além do levantamento das normas e regimentos da Universidade de São Paulo, também enviamos um e-mail para a direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para a Pró-reitoria de graduação e para a PRIP, buscando mais informações sobre políticas de assistência à estudantes com filhos.

A única resposta recebida foi da Pró-reitoria de graduação:

“Orientamos que você procure sua unidade para falar sobre a viabilidade das atividades domiciliares.
Por lei, não há respaldo estudantil que preveja licença à maternidade, apenas trabalhista.
Sobre benefícios e bolsas, não há nada específico para gravidez ou maternidade.”

Entendemos que mesmo não havendo políticas específicas para este grupo de estudantes, existem caminhos e algumas estruturas oferecidas pela universidade (como as creches e Escola de Aplicação) que podem ser utilizadas por estudantes mães e pais. O fato da instituição não mencionar nenhuma possibilidade ou caminhos dentro da universidade, corrobora com nosso entendimento de despreparo da universidade em acolher, informar e encaminhar estudantes com filhos.

A resposta também expõe uma lacuna gravíssima das normas universitárias que é a inexistência de uma licença maternidade para estudantes de graduação. O que existe, e foi abordado na maior parte das entrevistas, é a possibilidade de pedir para os departamentos e/ou docentes, um tempo para a realização das atividades em domicílio, ficando a critério do/a docente conceder tal período ou não. O trancamento da matrícula pode ser uma ferramenta possível neste caso, porém, isso implica na perda de acesso às políticas de assistência estudantil, como bolsas,

restaurante universitário e a própria moradia, não sendo uma opção viável para estudantes usuárias das políticas de permanência.

Uma das alunas entrevistadas, relatou que ao pedir para um professor a possibilidade de realização de uma prova em domicílio, teve como resposta: "Até a prova já vai ter passado um mês (do parto). Não tem motivo para você não vir". A inexistência de um tempo de licença ou atividades em domicílio, pautada pelas normas universitárias, abre espaço para este tipo de comportamento, que também expõe a ignorância acerca da perinatalidade pelo corpo universitário (docentes, discentes, funcionários).

2.4 O espaço universitário e seus sentidos

Ao caminhar pelos prédios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, observamos pistas do dispositivo da maternidade que se cristalizam no espaço, produzindo relações e lógicas de uso do espaço. A FFLCH é a maior faculdade da USP, contando com aproximadamente 16.000 pessoas. Os matriculados em cursos de graduação somam 8.422 estudantes e desses, 4601 são mulheres. Mesmo com um número que supera a quantidade de homens matriculados, há uma expectativa de que nenhuma dessas estudantes sejam ou venham a se tornar mães. E caso sejam ou se tornem mães, terão de seguir seus cursos como se não fossem.

Uma coisa que eu percebi, quando levava minha filha para a faculdade, era sobre a falta de fraldários... Ninguém sabia me dizer onde tinha fraldário. Perguntei para os alunos, para os professores, ninguém sabia me dizer onde tinha nenhum fraldário na FFLCH. Perguntei para os funcionários e eles diziam: 'não, não tem fraldário aqui. só vai ter lá na FEUSP, na creche, não existe na fflch'. Daí fiz um texto enorme no facebook questionando essa questão. Com esse texto, duas mães entraram em contato comigo, conversei um pouco com elas e uma delas falou que uma vez precisou levar o filho pequenininho, e precisou trocar ele no gramado em frente à biblioteca. Trocou o filho no gramado em frente a biblioteca! E a outra me falou que trancou a faculdade. De todas as mães que eu conheci da FFLCH, eu fui a única que decidiu não trancar. Eu trocava minha filha em cima da pia dura e gelada da faculdade de letras. Beatriz, 26 anos.

Neste trecho da entrevista, é possível perceber, não apenas a questão da falta de estruturas físicas possíveis de acolher estudantes e seus filhos, mas também a falta

de informações e dificuldade no acesso às informações pelas estudantes. Beatriz conta que ninguém sabia informá-la da (in)existência de fraldários, nem discentes, nem funcionários e nem professores. A saída encontrada pela estudante foi a denúncia (e busca ativa pela informação) no grupo online de seu curso. Essa busca resultou no encontro (mesmo que virtual) com pessoas que viviam a mesma situação dela.



Imagem 1 - bancada de granito - Banheiro da faculdade de Ciências Sociais - FFLCH/USP



Imagem 2 - banheiro da Faculdade de Letras - FFLCH/USP



Imagem 3 - banheiro da Faculdade de Ciências Sociais - FFLCH/USP

Nos banheiros onde não existem fraldários, e mesmo quando não havia essa estrutura na FFLCH, a universidade alegava, quando questionada sobre este tema, que os balcões de granito (imagem 1) presentes em quase todos os banheiros, tinham essa função, quando na verdade, são estruturas de apoio de mochilas e outros pertences de estudantes, e são inadequados para trocar fraldas.

Pessoal acho que já tá fazendo milagre, tipo aquela pia de mármore que tem nas sociais. Que dizem que é um trocador. Ôbvio que eu vou deitar meu filho ali no gelado onde fica lotado de mochila. Eu já toquei com meu filho lá, mas aí eu precisei forrar ele com o que eu trouxe na bolsa. E as pessoas não pensam nisso. Teresa, 29 anos.

Antes da instalação dos fraldários, o único existente se encontrava dentro da biblioteca Florestan Fernandes, no banheiro feminino do primeiro andar. Porém, este é um espaço em que não se pode adentrar com mochilas, bolsas, e não se pode fazer barulho, o que inviabiliza absolutamente o processo de cuidado e troca de fraldas de um bebê. Essa incoerência do lugar em que se tinha o fraldário mostra que mesmo quando a estrutura existe, ela é colocada de maneira a dificultar sua utilização. Há um constrangimento que já se coloca de saída às pessoas que eventualmente precisem usar dessas estruturas, um constrangimento à sua

necessidade e um constrangimento para que, conseqüentemente, não façam o uso dessas estruturas, que seriam de seu direito.

Às vezes eu estava na aula, sentia meu peito encher de leite e me dava febre. Começava a ficar quente e mole. Mas quando algum prof perguntava se estava bem, dizia que estava ótima. O que eu vou fazer? Eu ia pro banheiro e tirava leite na pia do banheiro do Vão, porque não tinha lugar, não tinha como eu bombear. Quase não tem tomada nesse prédio. Teresa.

A questão dos fraldários, da falta de espaços para amamentação e retirada de leite, é algo que evidencia que o espaço da universidade não é lugar para estudantes com filhos. Depois de anos lutando pela instalação dessas estruturas, foram colocados, no período de volta para o ensino presencial (2022), 1 fraldário em cada um dos prédios da Faculdade. Todos se encontram em banheiros mais distantes ou escondidos, e todos foram instalados em banheiros femininos para pessoas com deficiência.

Imagem 4 - Banheiro feminino PCD - Faculdade de Letras



Essa questão apareceu em diversas entrevistas. Tanto dentro da Universidade de São Paulo, quanto em outros espaços universitários.

Eu, por exemplo, cheguei a ir em um evento da Associação Nacional de Estudantes de História, foi lá na UNIFESP, e eu levei meu filho. Mas não tinha espaços para criança. Eu troquei meu filho na mesa de uma sala de aula. Teresa

A relação que se estabelece no espaço universitário, a própria expectativa dessas relações, esse imaginário junto à prática, não consideram a existência de estudantes mães e crianças. Quando se pergunta para organizadores de congressos acadêmicos se o evento terá algum espaço infantil, é uma pergunta que não tem espaço e quase não tem sentido. Isso compõe uma contradição, pois é como se se reiterasse que na universidade somos todos adultos (mas justamente por sermos todos adultos, há possibilidades maiores de termos filhos).

Outras estruturas, como o bandeirão, são de difícil acesso com crianças pequenas. No caso do bandeirão, não existem cadeirões para crianças e muitas vezes as mães são impedidas de pegar 2 bandejas, precisando dividir suas refeições com seus filhos.

Uma das coisas que precisa mudar em relação às políticas públicas para estudantes com filhos é o bandeirão. Precisamos poder pegar mais de uma bandeja. As crianças comem demais! Como só

podemos pegar uma bandeja, preciso sempre comer menos para dividir minha refeição com meu filho. E também, dar direito a duas sobremesas. Porque quando é coisa boa eu não como porque ele pega e não me dá. Alya

Encaminhamos um email à Divisão de Alimentos da Coordenadoria de Vida no Campus e obtivemos a seguinte resposta:

*“Sr.^a Livia Carvalho Patrizi Jorge, boa tarde.
Em atenção ao presente e-mail, informamos que o uso dos Restaurantes Universitários da SAS é exclusivo para alunos e funcionários da USP.
A Portaria GS-06, de 20/02/17, anexa, não contempla refeições para dependentes.
Atenciosamente,
Divisão de Alimentação”*

Uma possível política de apoio à maternidade poderia ser a inclusão de dependentes das alunas e funcionárias no uso dos restaurantes universitários. De fato, o acesso regularizado a uma estrutura que conta com custos subsidiados em proximidade aos demais prédios, serviços e equipamentos da Universidade de São Paulo poderia, em tese, cumprir papel importante nos itinerários cumpridos pelas mães estudantes. No entanto, a dependência da simpatia de funcionários torna os restaurantes universitários foco de instabilidade para as mães, que não possuem garantias por parte da Universidade.

Além da ausência dessas estruturas e políticas, fica evidente na própria maneira de lidar e resposta institucional, aqui exposta através dos e-mails, a falta de disponibilidade da mesma para pensar e propor saídas alternativas de amparo e apoio a estas estudantes. A resposta institucional se limita à reiteração da ausência das políticas de permanência, reforçando a negligência e abandono para com este importante grupo de estudantes.

Ao mesmo tempo, a questão da parentalidade e da ausência de políticas públicas afeta pouco ou nada a trajetória universitária de estudantes homens, sendo eles menos responsabilizados por todo o percurso reprodutivo: Contracepção, cuidado, manutenção da vida da família, criação de filhos, etc.

No processo de pesquisa para a escrita desta monografia, encontramos informações sobre estudantes com filhos apenas quanto à população feminina. As informações estão sempre ligadas à gravidez, como se esse fosse um evento de implicações apenas ao corpo que engravida, como se não houvesse mais ninguém responsável e participante do ato de ter, criar e cuidar de filhos. Isso evidencia e reafirma a biologização do cuidado, enquanto responsabilidade da mulher.

2.5 “Quem pariu Mateus que o balance” e a não responsabilização masculina

Uma das dificuldades que encontramos foram as terminologias às quais pesquisar este tema sem vinculá-lo apenas à população feminina. “Gravidez”, “maternidade”, “gestação”, “puerpério”, “mãe”, “jovens mães”, “evasão por gravidez”, “estudantes mães”, são os termos que mais aparecem em estudos sobre a relação entre ter filhos e ser estudante do ensino superior. Mas também são termos que necessariamente tratam e conectam mulheres a este universo do cuidado. Se “mãe” é um conjunto de práticas e saberes que abarca responsabilidades, cuidados, manutenções, funções e um lugar social específico, quais são os termos que conectam homens a este universo do cuidado, da responsabilidade, da manutenção da vida, e que remetem estes as funções atribuídas à mãe?

“Pai” é insuficiente. A estruturação da paternidade no Brasil enquanto algo eletivo e flexível em todas as suas formas, faz com que os termos “pai” ou “paternidade” sejam termos sem contorno, sem atribuições específicas. No Brasil, de acordo com os números do portal da transparência e registro civil, o primeiro semestre de 2022, mostrou que 6,5% do total de recém-nascidos têm apenas o nome da mãe na certidão de nascimento. A porcentagem é maior que os 6% registrados em 2021. Em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% (8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher (mãe ou madrasta) (IBGE).

Grupos de pais que se propõe ao exercício do cuidado utilizam o termo “paternidade ativa” já que apenas paternidade não aponta para o trabalho de cuidado e a função de se responsabilizar, cuidar e criar filhos.

Nas entrevistas feitas para este estudo, o assunto do abandono parental, da maternidade solo (mãe como única responsável da criança), da negligência do cuidado pela parte do genitor, foi algo bastante mencionado, além de quase todas as entrevistadas mostrarem a disparidade das suas rotinas comparadas as rotinas dos pais de seus filhos.

A vida deles não muda tanto. A minha vida já não é mais minha.
Frase retirada de um dos questionários anônimos.

A ausência de políticas de apoio, portanto, favorece essa lógica. Favorece a expulsão das alunas mães do espaço universitário, o aprisionamento de mulheres nas funções de cuidados e sua retirada dos espaços públicos, de produção de conhecimento, e portanto, é conivente com a desigualdade econômica e social que essas sujeitas enfrentam, com seus filhos.

Cap 3: Experiências e percepções do espaço/tempo

3.1 Itinerário

Tornar-se mãe é um marcador da vida que modifica a percepção do espaço e do tempo. Pensando em maternidades que passam pela gestação, esse momento da gravidez materializa a mudança no corpo, que se torna um outro corpo, outro lugar, com novos contornos, desejos, necessidades, um corpo que se transforma física e socialmente, a partir do momento em que começa a ser lido de uma nova maneira, com outras responsabilidades, (in)competências e funções. Essas sujeitas que gestam ou são mães sem a gestação, passam a ocupar novos lugares materiais e simbólicos na sociedade. Estar com uma criança, ser responsável por ela, cuidar de sua saúde, integridade, alimentação, higiene, educação, tem um impacto direto na vivência dos espaços e da mobilidade. Caminhos que passam a se tornar difíceis, transportes que não mais viabilizam a locomoção, espaços que deixam de acolher.

A mudança na relação com o itinerário, pela locomoção pelos espaços urbanos evidencia todo esse processo de transformação na relação com o espaço. A mobilidade urbana não se restringe apenas ao transporte de bens e pessoas. Existe uma dimensão humana da experiência vivida por esses corpos. É preciso considerar quais e como são as experiências que levam às escolhas de mobilidade. Essas escolhas não são feitas apenas pautadas no tempo, distância e no custo do deslocamento.

Todas as participantes das entrevistas e questionários consideraram que sua mobilidade e acesso à cidade se transformou desde que se tornaram mães.. Muitas relataram uma “imobilidade” maior, ou menor frequência de sair de casa, seja pela impossibilidade de sair com filhos muito pequenos, seja pela falta de rede de apoio ou pelo cansaço da tensão e trabalho mais intensos necessários para se locomover.

Uma das respostas obtidas pelo questionário em relação ao itinerário, evidencia essas dificuldades,

É mais trabalhoso andar com uma criança porque se responsabilizar por outra pessoa no transporte público é uma demanda difícil. A

depende da idade, percorrer grandes distâncias é difícil pois requer pausas para atender as necessidades da criança. Elas não lidam bem com o desconforto e esperam para resolver alguma necessidade é algo que vai sendo conquistado com a idade. Com criança pequena é preciso todo um preparo e mais tempo.

Neste trecho fica evidente a nova relação com o tempo, que torna-se mais longo deixando de ser um tempo de espera entre um lugar e outro, e tornando-se um tempo de cuidado ativo, de resolução ou amenização dos desconfortos, de pausas. Ao falar no desconforto, também podemos entender uma nova relação com o espaço. Os transportes públicos, são conhecidos por diversos incômodos como a superlotação, falta de assentos, assédios, escadarias, escassez de elevadores, porém estes espaços se tornam ainda mais desafiadores já que a criança não é capaz de solucionar (ou mesmo entender) esses percalços, e a mãe (ou cuidadora/cuidador) torna-se responsável por lidar com tais situações (para si e para seus filhos).

Preciso calcular muito mais o tempo, rever trajetos. Levo mais bagagem, trocas de roupas, lanches e brinquedos pro meu filho. Fico tensa pra estar atenta a ele e ao redor, não descuidar. Muita gente olha feio pra criança em transporte, se sente incomodada por estarem reclamando, cantando, conversando. Muita gente é simpática também, não é todo mundo que ajuda, mas sempre liberam lugar pra ele sentar. Acaba sendo mais cansativo sair de casa com ele, várias vezes ele se cansa e preciso carregá-lo no colo. E quando saio sozinha, fico preocupada se vou demorar muito para voltar, porque ele não aguenta. Comecei a sentir mais medo de sofrer algo na rua por causa dele também, de não estar em condições ou presente para cuidar dele.

Além da percepção do tempo, também podemos notar a transformação na percepção da segurança e acolhimento nesses espaços.

Em uma das entrevistas feitas, Teresa, 29 anos, relata que para além das dificuldades concretas do caminho, existem as dificuldades simbólicas no percurso de ida e volta da creche universitária:

Pego um trem na ida e um na volta, aí eu tento pegar horários menos movimentados, mas é muito difícil porque ele entra às oito e meia, então tem que sair de casa às sete horas pra chegar aqui (USP) oito e meia... e já é um horário bem movimentado né? E eu escuto “ai

criança esse horário não devia poder”. Meu filho tem direito! O problema é que a criança não é vista como um cidadão de direitos.

As barreiras se apresentam então, de maneiras cristalizadas nas estruturas da cidade, materiais, mas também se mostram na perspectiva simbólica, do discurso que se engendra na produção da interdição. No trecho relatado por Teresa, ela ouve no transporte que seu filho (e portanto, ela também), não deveria ter o direito de estar ali, que não são bem vindos.

Esse tipo de violência se repete nos mais diversos locais públicos, denunciando discursivamente que existem lugares certos e errados para mãe e criança frequentarem.

Eu andava de bike, até mesmo quando estava grávida, o que mudou radicalmente após ter um filho. Andar de ônibus também não é mais tão simples, pois morando ainda mais longe da faculdade, por ser um lugar onde consigo pagar o aluguel, tenho que pegar 2 ônibus pra ir e 2 pra voltar. Se tivesse que fazer isso com bebê, seria inviável, o que me restringiu em muitos momentos e até hoje a ficar em casa, ou ter que pagar um Uber. Ando muito mais a pé, pois às vezes compensa mais ir andando, mesmo que esteja ficando cada vez mais pesado carregar o bebê, do que esperar ônibus lotado. Minha família mora no interior, antes podia pegar carona com BlablaCar, agora se for, como vou com meu filho, tenho que pagar por duas vagas, então nunca mais fui desse jeito. Vou de ônibus, carregando mochilão e o bebê, pego ônibus, metrô, trem e depois o ônibus até a minha cidade (trecho retirado do questionário).

Esse trecho mostra algumas transformações a partir do nascimento do filho: a bicicleta se tornou inviável como transporte, mãe e filho precisaram mudar de casa para um lugar mais distante da faculdade, andar de ônibus passou a ser difícil, houve um aumento da necessidade na utilização de Uber e a escolha por caminhar ao invés de pegar o ônibus lotado, carregando um bebê. Ela também conta sobre a nova impossibilidade de seguir utilizando o BlablaCar para ir ao interior ver sua família, tornando-se necessário fazer o trajeto com ônibus, metrô, trem e mais um ônibus, carregando suas bagagens e seu filho.

Algo muito recorrente nas entrevistas foi a necessidade de criar estratégias para sair de casa. Repensar a logística dos deslocamentos e dos tempo se transforma e isso é uma carga mental grande a ser considerada. No trecho abaixo, Beatriz conta

sobre essa mudança. A estudante mora em Bauru, cidade em que seu marido trabalha e precisa vir para São Paulo para frequentar as aulas da licenciatura 1 vez por semana. Uma viagem demandante e apressada em que ela sai de Bauru 00h /1h da manhã, chega em São Paulo, 5h30, assiste uma aula na parte da manhã, uma aula a tarde e uma aula a noite, volta para Bauru, chegando lá por volta das 5h da manhã:

Sobre o dia de vir para São Paulo, preciso arrumar tudo no dia anterior (terça-feira) porque fico quarta-feira o dia todo, e parte da madrugada de quinta, fora de casa. Preciso me preocupar com a passagem do ônibus, minha bolsa, eu organizo todas as coisas da minha filha, que roupa ela vai usar na quarta, porque assim o pai dela já tem isso pronto. Terça é um dia complicado porque tudo que a criança precisa fazer que vai “pular um dia”, eu preciso fazer no dia anterior. Então preciso sempre planejar mais ainda as coisas. Vou dormir tarde porque minha filha sabe que no outro dia eu não vou estar em casa, então ela tenta ficar comigo ao máximo e eu acabo indo dormir por volta de 00h. 00h40 Eu acordo pra ir correndo para a rodoviária. Meu marido me leva, junto com a minha filha que vai dormindo, e aí é isso. Chego em São Paulo cedinho. O primeiro momento no ônibus é muito difícil dormir porque como ela ainda é pequena, eu sofro com a separação. Então eu às vezes fico pensando muito e não consigo dormir. Só que como é uma viagem de quase 5h, no meio, quando o ônibus para no posto, eu saio, como alguma coisa e consigo dormir. Na volta, como fico bem acabada, eu durmo. Inclusive, tenho que ficar até em pé na rodoviária porque eu tenho medo de dormir e perder o ônibus.

Eu chego na Barra Funda 5h30/5h40, pego o metrô e depois o circular da USP, aí chego bem cedo, às vezes tiro um cochilo e depois vou para o café da manhã do bandejão. E depois volto para a aula 8h30 até 12h, almoço no bandejão, tenho a aula da tarde, janto, e tenho a aula da noite. Depois volto para a Barra Funda, pego um ônibus, chego às 4h40, pego um uber ou um táxi para ir pra casa, porque é muito puxado para pedir para meu companheiro ir, ele fica preocupado e cansado.

Esse trecho evidencia as estratégias que tornam possível (mesmo que muito difícil) ainda frequentar a faculdade, mesmo morando em outra cidade, precisando pensar com antecedência em toda a manutenção do cotidiano, mesmo estando fora. Separar as roupas da filha do dia em que ela não estará em casa, deixar já preparados o almoço e jantar, estar mais junto de sua filha por saber que por um dia e meio estará fora.

Além do relatado no trecho, Beatriz também disse não poder ficar sem bateria no celular para manter a comunicação com sua família, resolver possíveis questões que apareçam e se manter conectada com eles, a distância. Mesmo longe, as funções de ser mãe não têm pausa, elas intensificam as experiências do afastamento. Também observamos neste trecho, a preocupação e o sofrimento da separação de sua filha pequena, que participa das dificuldades desse deslocamento.

Portanto, a mobilidade, percepção do espaço, dos transportes, dos trajetos, da logística e do tempo, são impactados pela maternidade a partir do que se atribui ao que chamamos de mãe.

3.2 Discurso do fim do mundo

A universidade é um lugar de reafirmação das lógicas hegemônicas, papéis de gênero, raça, classe, e portanto, um lugar que compactua com uma espacialidade específica para os diferentes corpos que ocupam este espaço. Pensando na questão da maternidade, podemos enxergar essa espacialidade seja na estruturação dos prédios, sua arquitetura, falta de espaços para amamentação, trocadores, fechamento da creche, seja pela falta de políticas públicas voltadas a este grupo de estudantes e também pelos discursos que produzem e manifestam a exclusão.

A pesquisadora Luana Fontel, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Mães na universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação”, denuncia um tipo de discurso muito recorrente com estudantes que se tornam mães que ela chama de “discursos do fim do mundo”, discursos que inviabilizam o espaço, demarcam que o espaço, não pode ser frequentado por mulheres com filhos. Como é colocado por Fontel:

“Discursos produzidos no sentido de apresentar a nova mãe sua eminente condição e seu novo território. Discursos comuns no cotidiano, que vez ou outra se transvestem de piada ou que se defendem parecendo apenas uma constatação, mas que conseguem ser incisivos e absurdamente violentos aos seus alvos (FONTEL, 2019).

Esse tipo de discurso apareceu diversas vezes nos relatos das entrevistas, questionários, e no diário de campo. Não é incomum que, ao se deparar com uma notícia de gravidez, os comentários que sigam sejam num tom desmotivador, “Você estragou sua vida”, “agora você vai ter que sair da faculdade”, “Agora acabou festa, acabou farra, acabou estudar” (trechos retirados do caderno de campo feito para o presente estudo).

E quando essas mulheres, ao se sentirem constrangidas e julgadas por essas vozes, abandonam o espaço universitário, a casa dos pais, o grupo de amigos, percebemos o poder do discurso de direcionar a vida, (des)territorializar sujeitos, invadir o corpo e fazê-lo chorar (FONTEL, 2019).

É do senso comum que a maternidade por ela mesma seja a causa para que mulheres tenham uma série de impedimentos e não consigam seguir seus sonhos, estudos ou trabalhos, colocando a própria maternidade como a razão da desigualdade e motivo da precarização da vida de mulheres. Porém, ao percorrer esse caminho é necessário olhar para a raiz do problema em toda sua extensão. É um equívoco tratar a maternidade em si como “O” obstáculo que paralisa e gera tais desigualdades, é preciso olhar para as estruturas de opressão e controle próprios do capitalismo, que lucram e se fortalecem com a exclusão feminina-materna dos lugares de saber-poder.

Esse tipo de pensamento reforça um movimento contra pessoas com filhos, como se o ato de ter filhos representasse um certo fracasso individual e uma ameaça ao espaço alheio. O movimento “ChildFree” é um movimento que tem como pauta central a não convivência com crianças, e portanto, com suas e seus cuidadores, tendo como proposta a criação de espaços em que não seja permitida a entrada de bebês e crianças (e consequentemente seus e suas cuidadoras).

Quando localizamos na maternidade a causa da precarização e diminuição de oportunidades e possibilidades na vida de mulheres, também criamos um sistema fechado que teria como única solução o não materno. Isso nos impede de pensar em soluções práticas e viáveis que movimentem a ordem estabelecida e exijam mudanças da estrutura.

Na universidade, um professor me disse que, na opinião dele, a universidade não era o lugar em que uma mulher na fase materna da vida deveria estar.

Esse tipo de discurso cria uma espacialidade, territorializa que ali, a universidade, não é um espaço para mulheres mães, demarcando lugares próprios ou impróprios para este público frequentar.

Durante a pandemia, em modalidade remota, uma professora com quem ia cursar LIBRAS "sugeriu" que eu cursasse a disciplina em outro momento, uma vez que "precisava" aproveitar meu filho pequeno. Essa situação foi durante a aula, me deixando ainda mais constrangida. Acabei desistindo da disciplina.

O constrangimento pode também aparecer na forma de cuidado, como descrito acima. Em outra entrevista, a estudante relatou que estava cursando sua última matéria do bacharel, e tinha como trabalho final, uma monografia. Sua rede de apoio não poderia ficar com seu filho para que ela fosse ao encontro para orientação do trabalho e ela decidiu levar seu filho:

No meio da aula o professor me disse "Olha, vocês não vão poder ficar aqui. Está muito barulho e eu não estou conseguindo me concentrar. Vocês têm que ir embora". Fiquei arrasada, minha filha não entendeu porque estávamos indo embora. O professor não pensou no porque eu estava ali, sobre o fato dele ter dito que teríamos que estar presentes e ativos na orientação. Ele não pensou em tudo que eu tive que mobilizar para estar ali com a minha filha. Não pensou que eu precisava conversar com ele sobre a minha monografia... Eu estava no final do curso, era para eu ter me formado no semestre passado no bacharelado, e era para eu estar prestando agora o meu mestrado... Eu não estou. Depois disso eu tranquei a matéria. Me senti humilhada.

Algo que também apareceu nas entrevistas foi a maior urgência para se formar a partir do nascimento dos filhos, por uma necessidade material de conseguir trabalhos com maior retorno financeiro, ao mesmo tempo, uma menor disponibilidade para cursar mais matérias e estágios. Em alguns casos, as estudantes estavam travando uma luta contra a possibilidade de jubramento, já que não há uma extensão do tempo universitário para estudantes que são mães.

Esse discurso, associado à falta de políticas públicas, à não menção de estudantes com filhos nos códigos universitários e ao despreparo de colegas, funcionários e professores diante de tais questões constróem a interdição ao espaço.

Na entrevista com Luanda, estudante de 29 anos, isso fica evidente. Em diversos momentos ela relata como enfrentou um longo processo para sentir-se pertencente ao universo da universidade. Porém com a gravidez e nascimento de seu filho, isso novamente se transformou e deixou de aparecer enquanto possibilidade.

Eu já não me sentia muito pertencente da universidade. Eu acho que é por uma questão de classe social. De identificação cultural, sabe? eu tenho muitos amigos na faculdade pra vida inteira eu tenho certeza. Mas essas pessoas são todas de uma classe social diferente da minha, sabe? Então até com meus amigos era difícil ter uma identificação. E depois da maternidade eu me sinto como um corpo estranho a ser esquecido pela universidade. Não é nem repellido, sabe? É esquecido.

E continua em outro ponto da entrevista:

Mas o que eu queria era ser pesquisadora. Era ser cientista, era produzir ciência. Me interessa a possibilidade de trabalhar com políticas públicas. Mas é uma atuação em que você precisa de muito estudo. E eu não tenho mais tempo. Eu acho que a maior questão, que não temos dimensão antes de ser mãe, é justamente do tempo. Seu tempo ele não é mais seu. E eu não tenho mais tempo.

No caso dessa entrevistada, ela relatou uma enorme dificuldade em encontrar redes de apoio. Enquanto mãe solo, em um processo de separação violento com o genitor de seu filho, sem possibilidade de contar financeiramente com sua família, a solidão é algo que apareceu inúmeras vezes ao longo da entrevista. A quebra de vínculos e dificuldade (por conta do tempo, espaços possíveis de frequentar com seu filho e questões financeiras) em construir novos vínculos aparece como um dificultador dos processos de estudo e trabalho.

3.3 Redes de apoio e pertencimento

Algo que difere nas narrativas de cada uma das mulheres participantes, e se mostra vital para a permanência, saúde mental e condições gerais de vida das estudantes, é o estabelecimento de redes de apoio. Os modelos e formas de redes podem ser

bons indicadores não apenas das condições individuais dessas mulheres, mas também da existência/ausência de políticas de apoio à maternidade. “Quando se precisa de uma rede de apoio muito grande, é porque, em geral, faltam políticas públicas” Rebeca Viana, militante da UJC, debate virtual “Mães Universitárias” realizado pelo Centro Acadêmico Emílio Ribas (16/05/2020).

Com a falta de políticas públicas, toda a logística do cuidado torna-se responsabilidade individual e privada, seja a partir da força de trabalho contratada para realizar essas tarefas, como babás ou empregadas domésticas, geralmente trabalhos atribuídos historicamente à mulheres negras, seja a partir de redes privadas de educação e transporte, como perua escolar, uber, creches, escolas e espaços para crianças no contraturno escolar. Também é possível que sejam redes privadas não remuneradas, cooperativas, majoritariamente compostas por mulheres, que se dão muitas vezes dentro da família (mas não só). Mães, irmãs e avós que cuidam das crianças para que outras possam estudar, trabalhar, sair de casa.

Com a precarização das estruturas públicas e a falta de conexão entre as redes de cuidado, as redes de apoio privadas precisam se expandir para dar conta do cotidiano. É possível observar dentro das universidades públicas, a criação de movimentos e redes criados por esses grupos de estudantes, coletivos de mães universitárias:

Estes coletivos fazem-se necessários para a promoção da permanência de mães na universidade pública, pois organiza e condensa suas pautas atuando internamente em diálogo com a gestão da universidade para exigir mudanças nas políticas públicas e institucionais baseadas nas necessidades deste grupo, além de se constituir como uma rede de afeto, dando suporte emocional e trocando informações entre aquelas que vivem ou viveram as mesmas situações (SILVA, 2021).

Se por um lado esses coletivos são criativos, inclusivos, eficientes, por outro lado são movimentos que adicionam carga e responsabilidades para sujeitas já com demandas inesgotáveis da função materna e estudantil (e muitas vezes laboral). Isto

é, as estudantes mães têm a necessidade de mobilizar não apenas as logísticas de seu dia a dia, mas também construir uma rede que possibilite a sua permanência.

As mães precisam muito se unir, mas elas precisam muito das pessoas que não são mães, porque a demanda é muito grande. Então a gente não tem horários para conseguir dar conta também desses grupos de apoio e iniciativas de permanência. Disse uma das entrevistadas, Joana, de 23 anos.

Em outra entrevista, a estudante colocou que:

Eu sinto que a universidade se aproveita de algum jeito disso, né? Porque as pessoas vão dar seus jeitos. E isso é bom. Mas daí a universidade se usa disso também pra não ter uma resposta institucional. Teresa.

Portanto, o envolvimento da comunidade para além das estudantes com filhos e a implementação de políticas de apoio à maternidade são imperativas no processo de entrada e permanência de estudantes mães na universidade. A escassez de tais recursos, assim como pode-se observar hoje, impõe uma condição de desigualdade cotidiana para estudantes que decidem enfrentar esse sistema. O que se potencializa quando somado às questões de raça e classe, também negligenciadas pela universidade.

Como coloca Silva (2020, p.132), uma boa política de permanência para estudantes mães universitárias “não pode ser reduzida à creche, mas precisa atuar sobre as diversas dimensões desta vivência atuando para coibir o assédio moral e o racismo que são fatores que também contribuem para a evasão.”(SILVA, 2021)

A falta de redes de políticas públicas somada à falta de redes de apoio são os dois fatores que mais aparecem enquanto intensificadores das desigualdades experienciadas pelas estudantes.

A creche é tudo. Sem a creche... sem a creche seria impossível. Porque eu não posso contar com ninguém.. não posso contar com quem eu deveria contar, que é o pai do meu filho. Ele deveria ser responsável pelo meu filho tanto quanto eu, mas não é.

Neste trecho da entrevista de Luanda, ela explicita como é responsável integralmente por seu filho, sem poder contar com ninguém. E completa:

O tempo que eu tinha pra estudar foi tomado por essa necessidade urgente da sobrevivência mesmo, sabe?

As possibilidades de redes privadas dependem de inúmeros fatores como as relações familiares, construção de vínculos para além da família, participação da família do genitor, a disponibilidade de recursos financeiros, entre outros. Não são raros os casos em que a entrada na universidade é um processo de separação geográfica da família, que permanece em outra cidade, às vezes em outro estado. Isso implica uma distância física, portanto uma não possibilidade de contar com essas pessoas para ajudar no cuidado presencial e cotidiano. O processo de criação de redes para além da família exige tempo e dedicação na construção de vínculos de amizade, que muitas vezes são interrompidos com a chegada dos filhos.

Não me chamam pra sair.. na verdade não é nem que não me chamam pra sair, é que **eu não consegui construir a amizade**. Eu acho que pra poder construir amizades, na verdade qualquer relação, tem que ter tempo. **E eu não tenho tempo**. Eu não vou deixar de ir pro serviço na sexta-feira e ganhar dinheiro para ir em algum bar com pessoas da faculdade. Até porque eu nem bebo. Um exemplo, vamos fazer um trabalho em grupo, normalmente o grupo todo consegue acabar o trabalho antes, eu não consigo. Tem essas coisas que acabam ficando prejudicadas. Alya, entrevistada.

Alya conta sobre a dificuldade na criação de vínculos e no processo de identificação com outros colegas. A falta de tempo é algo que aparece como uma barreira na possibilidade de se relacionar com outros estudantes.

Raquel, 29 anos, em sua entrevista, ressaltou a importância que os vínculos de amizade tiveram, para que fosse possível sua permanência na faculdade:

O que me salvou, foram as minhas amigas, elas conseguiram me emprestar materiais, resumos, essas coisas, pra eu conseguir estudar, mesmo que eu não estivesse presente em todas as aulas. A gente negociava trabalhos em grupo e conseguia negociar e revezar as atividades.

Também pedimos para as entrevistadas descreverem suas rotinas e trajetos para enxergarmos as redes de apoio que possibilitam suas vidas e cotidiano.

Então, eu trabalho a noite toda, o meu serviço não tem hora para sair, mas o bom é que meu filho pode entrar em alguns intervalos de horários na creche (às oito e meia, às nove e vinte, do meio dia às duas), então eu levo ele nesses horários. Vamos supor que foi um dia que eu saí do serviço às oito horas da manhã. Aí eu corro, pego ele na babá -Ele fica na casa da babá que fica na São Remo-, levo ele pra comer alguma coisa, e de lá já levo ele pra aula e ele fica na creche. Esse semestre eu comecei a surtar, porque eu estou com tuberculose, e aí eu fico cansada, então peguei só 1 disciplina. Também porque, por conta da tuberculose, eu estava sem trabalhar. Depois que eu deixo ele na creche, eu volto pra casa, durmo um pouquinho, malho, e vou pra aula à tarde. Saio da aula, já busco o meu filho, a gente janta no bandeirão, levo ele para a babá, ela dá banho nele e eu vou trabalhar.

É possível identificar alguns elementos da rede de apoio de Alya: a babá, a creche e o Restaurante Universitário. Um modelo misto de redes públicas e privadas.

Também foi nítida a diferença entre estudantes que dividiam o trabalho de cuidado com os pais de seus filhos e estudantes mães solo. Neste relato, Roberta comenta sobre a importância que seu marido teve para que fosse possível ela permanecer estudando e as estratégias que eles utilizavam para que ela pudesse permanecer na universidade:

A sorte é que eu tinha o meu marido que ia lá me ajudar, porque se não, eu não sei o que eu teria feito, acho que eu teria desistido da faculdade e não estaria hoje na área que eu gosto, sabe? Quando minha filha tinha 3 meses, meu marido tinha que levar ela para a USP para eu conseguir amamentar. Ele levava na hora do intervalo, eu amamentava e participava das aulas. A gente também usava o carro para trocar ela, porque não tem onde trocar, né? Então a gente ia pro carro e trocava ela lá no carro mesmo.

O tema da maternidade solo apareceu diversas vezes ao longo das entrevistas, enquanto uma dificuldade a mais para estabelecer rotinas, ter tempo para o estudo, sono, lazer. O abandono paterno também implica a necessidade de ampliação das redes privadas, já que não há outra pessoa responsável pela criança para além da mãe.

Agora é o que eu te falei, agora eu consigo pedir ajuda. Mas ninguém pode me ajudar. Então é uma sensação de isolamento muito grande. Mesmo que você esteja nos espaços, você está sozinha. E é uma privação de direitos, de tudo assim. Luanda

Tinha uma época em que meu filho ficava muito doente. Tinha vez que eu chegava na faculdade e eu tinha que ir embora. Porque eu chegava aqui e a creche me ligava para eu ir buscar meu filho. Eu

perdia aula, perdia tudo. E eu voltava... Passava a noite no hospital, tudo sozinha. As pessoas precisam entender que a gente é mais cansada. Que é muito difícil. As pessoas acham que a gente não vai em festa, em assembleia, em campo, porque a gente não quer. E não é bem assim. A gente não tem como. Teresa

Aos poucos, todos esses elementos, cargas, faltas, produzem neste grupo de estudantes um sentimento de não pertencimento que muitas vezes leva à evasão que entendemos enquanto um processo de exclusão deliberada da universidade.

3 das 8 entrevistadas disseram que evitam contar que são mães, para não serem tratadas de forma diferente, seja pelos colegas, seja pelos professores e funcionários. Essa necessidade de omitir uma parte tão grande de suas vidas, que marca profundamente quem elas são, sua rotina, tempo e relações, denuncia a violência destinada à este grupo. Omitem para evitar constrangimentos e hostilidades.

Eu não beijo nem na boca... Não tem como, eu não tenho tempo! Então acho que ser mãe na universidade é uma solidão e uma resistência muito grande. Existe uma coisa das pessoas sempre esperarem o mínimo da gente, e se você entrega algo bom, mais do que esperam, é uma surpresa. É como se dissessem: 'Você é justamente a pessoa que eu menos esperava'. As pessoas acham que a gente não vale como estudante. Por isso que várias vezes eu escondo que eu tenho filho, aqui dentro. Porque é sempre isso. As pessoas tendem a sempre esperar o mínimo da gente. E é engraçado que elas sempre recebem o máximo e esperam o mínimo. E a gente está aqui, quem mais entrega é quem sabe que não pode não entregar.. E é isso é engraçado porque as pessoas sempre esperam o mínimo mesmo. Quando eu ganhei a bolsa FAPESP percebi isso. As pessoas não acreditavam. Teresa.

Esses trechos das falas das entrevistadas explicitam o constrangimento e violências sofridos no espaço da universidade e a invisibilidade desta questão. O silêncio institucional e a não nomeação da questão, impede ações de enfrentamento do problema e da minimização das desigualdades sofridas pelas estudantes.

Considerações finais

A presente monografia, observou que a maternidade é um tema que recebe pequena atenção das estruturas universitárias, sendo pouco discutida e pesquisada pela academia, marginalizada nas políticas públicas e, as poucas políticas existentes são de difícil acesso. Toda essa situação precariza a vida de estudantes com filhos, aumentando as dificuldades enfrentadas por este grupo de estudantes, intensificando e transformando suas jornadas, rotinas e itinerários.

A partir da mobilização teórica que se deu principalmente nos primeiros dois capítulos desta reflexão e os trechos das entrevistas, fica evidente que as estudantes mães da graduação da Universidade de São Paulo percebem de forma distinta o espaço. Essa percepção do espaço não pode ser entendida como homogênea dentro desse grupo, já que é atravessada por uma multiplicidade de fatores como raça, classe, o estabelecimento de redes de apoio e a necessidade de auxílios universitários. É interessante observar como e porque as percepções do espaço, dentro deste grupo de estudante, se diferenciam e se assemelham.

Essa percepção da universidade, combinada à escassez de políticas de apoio, produz a necessidade da criação de brechas, fissuras na lógica estabelecida. Pudemos nos aproximar de algumas dessas criações de caminhos e estratégias de resistência que buscam construir práticas da diferença.

Também nos aproximamos dos itinerários das estudantes e da alta carga mental e física as quais são submetidas com pouca ou nenhuma reflexão da comunidade universitária e suas estruturas, que produzem a exclusão deste grupo, seja por meio da inospitalidade do espaço físico, seja pela inexistência de políticas e regulamentações que compreendam estudantes mães, ou pela interdição produzida discursivamente por colegas, professores e funcionários.

Observamos como o dispositivo da maternidade opera no lugar específico da Universidade de São Paulo e pudemos compreender que para transformar a realidade de estudantes mães, é necessário um esforço ativo nesta direção. Para essa transformação entendemos não ser suficiente apenas alterações estruturais,

como a colocação de fraldários, construção de creches, por exemplo, mas sim, transformações que articulem e toquem o imaginário e as relações acadêmicas.

A violência enfrentada por este grupo de estudantes se manifesta de formas diversas. As estudantes percebem e dialogam com essas violências buscando modos de permanecer. As redes de apoio se mostraram vitais para maiores chances de permanência, a partir da divisão dos cuidados e responsabilidades, mesmo que momentaneamente. Entretanto, vale pensar que essas redes aparecem ou precisam se expandir justamente na ausência de políticas públicas, o que as torna de responsabilidade individual da mãe.

A divisão do trabalho de cuidado precisa assumir novas formas e territorialidades, deixando de ser vista enquanto atividade doméstica e competência feminina, assim, assumindo o lugar de trabalho possível a ser desempenhado por todos e dividido também por todos. Essa mudança na perspectiva daquilo que significa ser mãe, retiraria a maternidade do lugar inalcançável, exigente e restrito de sua construção. O trabalho da maternidade controla e constrange corpos femininos a assumirem jornadas duplas ou triplas, convencendo-as de ser sua função inescapável a partir do nascimento dos filhos. Esses discurso transforma, principalmente no meio acadêmico, a possibilidade de ter filhos em fracasso individual e pune essas sujeitas com a negligência institucional.

Gestar um novo uso/apropriação do espaço-tempo, a partir da maternidade se direciona ao caminho da construção de uma nova lógica do espaço/tempo. Sendo uma prática, traz ao plano da realidade o direito à cidade, à educação, desenhando uma possibilidade de transformação.

Referências Bibliográficas

ANUÁRIO estatístico USP: Informação demográfica. In: Anuário estatístico. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>. Acesso em: 12/11/2022.

ARENDT, H. A condição humana. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAMARANO, A. A. (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio. Agência Brasil, 29 de março de 2017. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/ibge-mulher-%C3%A9-principal-responsavel-pela-crianca-no-domilicio#:~:text=Segundo%20o%20estudo%2C%2052%2C1,homens%20o%20percentual%20alcan%C3%A7ava%2089%25>>. Acesso em outubro de 2022

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017. DOI: 10.1590/s1517-9702201710167954. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/141109>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DAMASCO, M. S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

FONTEL, Luana. Mães na universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006c.

MARCELLO, Fabiana. Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. Educar, Curitiba, n. 26, p. 81-98, 2005. Editora UFPR.

MATHIAS, Aline; BARONE Maria A; RODRIGUES, Alexsandro. Fazendo ruir o dispositivo da maternidade e (re)inventando maternagens possíveis: narrativas infames e potentes! Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 18, p. 01- 18. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1807-1384.

MIAUX, Sylvie. L'expérience de l'itinéraire des chemins de Saint-Jacques-de-Compostelle, un autre rapport du sujet au lieu. Espaço e Cultura, n. 21, janeiro, 101-110, 2007.

MIAUX, Sylvie; DROUIN, Louis; MORENCY, Patrick; PAQUIN, Sophie; GAUVIN, Lise; JACQUEMIN, Christophe. Making the narrative walk in real time methodology relevant for public health intervention towards an integrative approach. Health & Place. Volume 16, Issue 6, November 2010, Pages 1166–1173.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; MARQUES, Stanley Souza. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(1): e68037, 2020.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. As crianças: Contextos e identidades. Universidade do Minho. Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), 1997. pgs 33- 71.

Portal da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP. Disponível em <<https://prip.usp.br/>>.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 16, p. 137–150, 2016.

SILVA, Juliana Márcia. As mães adolescentes negras chegaram a universidade. In: Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, J. M. S., et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. Revista Feminismos, Salvador, v.8, n.3, p.149-161, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FIORAVANTE, K. E. Silva, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 254–257, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/16675>. Acesso em: 14 fev. 2023.

THURLER, Ana Liési. Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: MULHERES, 2009.

EDITAL PARA INGRESSO DE CRIANÇAS - 2023 Creches/pré-escolas – Universidade de São Paulo - Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP). Coordenadoria vida no campus (SP). Divisão de creches..

URPIA, Ana Maria; SAMPAIO, Sônia Maria. Mães e universitárias: transitando para

a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria (Org.) Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7.

(Capítulo 4)

VIEIRA, Elisabeth Meloni A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2ª reimpressão: 2015. 1ª reimpressão: 2008 (1ª edição: 2002).

Anexos

Roteiro Entrevista

Etapa I - Identificação

1. Nome:
2. Idade:
3. Raça / Cor / Etnia:
4. Profissão / ocupação:
5. Curso:
6. Turno do curso:

Etapa II

1. Você está grávida e/ou tem filhos? Qual a idade?
2. Vivenciou a gestação na faculdade ou entrou após esse momento?
3. Se você se tornou mãe após a entrada na faculdade, o que você percebeu que mudou de quando você não tinha filhos para cá?
4. A Universidade de São Paulo ofereceu algum tipo de apoio/estrutura para acolher sua gestação/puerpério?
5. O que você imaginava que teria?
6. Você teve uma rede de apoio nessa época? Quem?
7. Onde fica sua rede de apoio?
8. Você tem uma rede de apoio dentro da universidade?
9. Como você fez após o nascimento de seus filhos?
10. Você trabalha? Se puder, fale um pouco sobre seu trabalho.
11. Conte um pouco sobre sua rotina.

12. Você poderia descrever um dia da sua semana? Pensar nos horários, deslocamentos e atividades.
13. Como são esses deslocamentos? Eles mudaram com a chegada dos filhos?
14. Como você vê sua rotina?
15. Como você se sente ao falar da sua rotina?
16. Quais lugares você mais frequenta? Isso mudou com a chegada dos filhos?
17. Que meios de transporte você utiliza? Como é isso?
18. Você mora na moradia da Universidade de São Paulo?
19. O que significa para você ser mulher, mãe e estudante? No que isso implica?
20. Como é ser mãe na faculdade – em relação às disciplinas, relacionamento entre colegas e professores, etc?
21. Ao tornar-se mãe sua relação com colegas e amigos mudou?
22. Se você tem companheiro(a), ele(a) divide os cuidados com você? Como é essa divisão? Você pode descrever as atividades divididas?
23. Como sua família vê sua dinâmica de vida?
24. Como é sua relação com a Universidade? A estrutura atende às suas necessidades?
25. Como é o relacionamento com colegas e professores quando é necessário levar a criança para a universidade?
26. Você acha que é importante ter creches universitárias?
27. Você amamentou durante a graduação? Como gerenciou o período de amamentação?
28. Você já pensou em desistir da graduação alguma vez? Porque?
29. Você precisou alterar sua rotina/lógica de vida a partir do momento em que se tornou mãe?
30. Quais têm sido os maiores desafios deste momento?
31. Você percebeu alguma preocupação do seu curso, centros acadêmicos, DCE, ou direções, departamentos, reitoria, sobre a acessibilidade do curso/atividades em casa, para estudantes mães?

Roteiro do questionário anônimo:

Formulário para TGI - GEOGRAFIA E MATERNIDADE: Um olhar sobre o itinerário de estudantes mães da Universidade de São Paulo

>>>> Este formulário é destinado a estudantes de graduação da Universidade de São Paulo

Meu nome é Lívia Carvalho Patrizi Jorge, sou aluna do 12º semestre do Curso de Geografia da USP.

Estou elaborando meu TGI (Trabalho de Graduação Individual) que tem como objetivo compreender o impacto da maternidade combinada à vida universitária no itinerário de alunas de graduação da USP. Este tema dá continuidade à pesquisa que pude elaborar em minha Iniciação Científica, também sobre este tema.

Este formulário será uma das ferramentas de coleta de informações para este trabalho. Já foram realizadas 10 entrevistas, levantamento e análise bibliográficas, assim como um estudo das estruturas físicas e burocráticas da Universidade de São Paulo, que contribuem com esta discussão.

Atenção:

Para responder ao formulário, não é preciso se identificar com o sobrenome.

Todos os nomes e informações que possam identificar as respostas serão alterados para garantir sigilo.

A participação neste questionário é muito importante para a elaboração da pesquisa, agradeço desde já a todas as pessoas que se dispuserem a responder o questionário.

Etapa I:

1. Nome:
2. Idade:
3. Curso de graduação: *Lembrando que este formulário é destinado a estudantes DE GRADUAÇÃO da Universidade de São Paulo
- 4.

5. Período do curso (Ex. vespertino, noturno, integral):
6. Como você se autodeclara (raça/cor)?
7. Qual seu gênero?
8. Você é uma pessoa com deficiência?
9. Você precisa de adaptações ou cuidados específicos relacionados a sua deficiência? Se sim, descreva:
10. Você possui alguma situação de saúde que necessite de acompanhamento? (Ex. Asma, diabetes, cardiopatias, saúde mental).
11. Você trabalha?
12. Qual é a faixa de renda da sua família?
13. Você contribui com a renda familiar?
14. Outros benefícios compõe a renda familiar:
15. Você faz parte de algum dos programas de permanência da Universidade de São Paulo?
16. Você recebe alguma bolsa de pesquisa?

Etapas II

1. Você está gestando?
2. Você tem filhos(as)?
3. Quantos?
4. Qual é a idade da(s) sua(s) criança(s)?
5. Sua(s) criança(s) possui deficiência?
6. Sua(s) criança(s) precisa de adaptações ou cuidados específicos relacionados a deficiência?
7. Especifique
8. Sua(s) criança(s) possui alguma situação de saúde que necessite de acompanhamento? (Ex. Asma, diabetes, cardiopatias, saúde mental).
9. Você se considera mãe solo?
10. Independentemente do estado civil, as mães solo são aquelas que assumem sozinhas (ou quase) as responsabilidades, cuidados e suporte emocional e/ou financeiro pela criança.
11. Você possui rede de apoio nos cuidados com sua(s) criança(s)?

Etapa III

1. Já sofreu preconceito ou cobrança por ser mãe?
2. Caso se sinta confortável, conte como foi
3. No ambiente universitário, você já escondeu que você é mãe?
4. Porque sentiu essa necessidade?
5. Você entende que a maternidade mudou sua mobilidade pela cidade?
6. Se puder comentar, como/qual foi essa mudança?
7. Você sente que a Universidade de São Paulo é um lugar acolhedor com estudantes mães? Por que?
8. A Universidade de São Paulo oferece/ofereceu algum tipo de apoio/estrutura para acolher sua gestação/puerpério?
9. Qual ou quais?
10. Você já pensou em trancar ou desistir da graduação?
11. Como foi isso?
12. Você tem sugestões de ações de apoio que podem ser implementadas para a inclusão e permanência de estudantes mães/pais/responsáveis?